BIBLIOGRAFIA

Marcello Caetano — Manual de Direito Administrativo — 5ª edição atualizada e novamente revista — Coimbra — 1960 — 771 páginas.

Marcello Caetano dispensa apresentação ao público brasileiro que já se familiarizou com o manuseio do seu *Manual,* cuja primeira edição remonta a 1937. Melhorada e atualizada a cada edição nova, a obra é o espelho completo do Direito Administrativo português, escrito em excelente linguagem e exata técnica.

A atual edição pouco inova, em relação à anterior, a que apenas atualiza. Um ou outro tópico foi acrescido: sôbre os corolários do princípio da legalidade; a motivação do ato administrativo (ato fundamentado); a administração corporativa; o dever de sigilo e os direitos subjetivos dos funcionários.

Indispensável aos estudos comparativos do Direito Administrativo, a magnífica síntese do Professor *Marcello Caetano,* na sua nova edição revista, deve figurar, necessàriamente, nas estantes de nossos especialistas como informação segura, atual e autorizada sôbre a disciplina.

CAIO TÁCITO

Francisco Bilac Moreira Pinto — Enriquecimento ilícito no exercício de cargos públicos — Forense — Rio — 1960 — 411 páginas.

A Lei nº 3.502, de 21 de dezembro de 1958, regulando a matéria contida no art. 141, § 31, *in fine* da Constituição Federal, dispõe sôbre o seqüestro e perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

Oriunda de projeto do deputado Bilac Pinto, encontra agora em seu filho o primeiro comentador dessa lei complementar, de tão alto relêvo na manutenção da moralidade pública e na reparação do patrimônio do Estado.

Em capítulos introdutórios, são tracejados os problemas da corrupção política e administrativa na América Latina, nos Estados Unidos e no Brasil e as sugestões oferecidas para o combate a essas violações das normas éticas da vida pública e funcional, com ênfase especial na fórmula constitucional brasileira.

Seguem-se os comentários marginais aos preceitos legais, com feição antes explicativa do que crítica. Finalmente, oferece-se um formulário sôbre as petições de seqüestro de bens e de ação popular especial, nos têrmos da referida lei.

O texto dos Códigos de Ética dos Estados do Texas e New York e a legislação federal e estadual pertinente completam a obra, que tem a virtude de focalizar os aspectos essenciais da sistemática legal.

Seria demasiado exigir-se do autor a solução antecipada de dúvidas e perplexidades que, certamente, acompanharão a lei, em sua execução, mormente no tocante à sua aplicação aos membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, em face dos princípios da imunidade e do privilégio de fôro.

Trabalho pioneiro, merece encômios o volume em que o jovem publicista focaliza, com exação e critério, os andaimes da lei e as suas perspectivas moralizadoras e premunitórias da dilapidação da coisa pública.

CAIO TÁCITO

*

Amilcar de Araújo Falcão — Direito Tributário Brasileiro — Edições Financeiras S. A. — 1960 — 387 páginas.

Prefaciado por *Gilberto de Ulhoa Canto,* surge mais um livro do professor *Amílcar de Araújo Falcão,* na matéria em que já adquiriu, a justo título, notória qualificação e incontestável autoridade.

Esta é uma coletânea de estudos e pareceres sôbre variados aspectos do direito tributário, nos três graus de competência fiscal.

Embora versando aspectos concretos, os trabalhos coligidos assumem, pela densidade doutrinária, a atualidade da informação e o senso crítico, uma perenidade que familiariza o leitor com a essência das figuras tributárias estudadas.

Variado pela natureza mesma da obra, o volume apresenta um certo sentido de homogeneidade, com a visão panorâmica do quadro tributário nos três níveis federativos.

Excelente expositor, lastreado de experiência e cultura, o jovem jurista reafirma os seus consagrados galardões de especialista, com trânsito livre pelos meandros, não raro insidiosos, da doutrina e prática do direito tributário.

CAIO TÁCITO